



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

KÁSSIA CAMILA RIBEIRO RUFINO

**MEMÓRIA E ACESSO À INFORMAÇÃO, FORA DE CARTAZ NO ARQUIVO DO
THEATRO SANTA ROZA**

JOÃO PESSOA

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

KÁSSIA CAMILA RIBEIRO RUFINO

**MEMÓRIA E ACESSO À INFORMAÇÃO, FORA DE CARTAZ NO ARQUIVO DO
THEATRO SANTA ROZA**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado em Arquivologia do CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Anna Carla Silva de Queiroz

JOÃO PESSOA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

R962m Rufino, Kassia Camila Ribeiro.
 Memória e acesso à informação, fora de cartaz no Arquivo do
 Theatro Santa Roza. / Kassia Camila Ribeiro Rufino. – 2012.
 45f. : il. color

 Digitado.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
 Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
 Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Arquivologia,
 2012.
 “Orientação: Prof. Ms. Anna Carla Silva de Queiroz, Curso de
 Arquivologia”.

 1. Theatro Santa Roza. 2. Memória. 3. Acesso a informação. I.
 Título.

21. ed. CDD 026.792

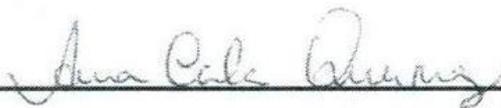
KÁSSIA CAMILA RIBEIRO RUFINO

**MEMÓRIA E ACESSO À INFORMAÇÃO, FORA DE CARTAZ NO ARQUIVO DO
THEATRO SANTA ROZA**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado em Arquivologia do CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 23 de novembro de 2012.

Banca Examinadora



Prof.^a Ms. Anna Carla Silva de Queiroz (CCBSA/UEPB)
Orientadora



Prof.^o Especialista Eutrópio Pereira Bezerra (CCBSA/UEPB)
Examinador



Prof.^a Dr.^a Laurénia Souto Sales (Membro Externo/UFPB)
Examinadora

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para conseguir trilhar o meu caminho pessoal e profissional.

À professora orientadora Anna Carla Silva de Queiroz por todo seu profissionalismo, paciência e dedicação durante a construção deste trabalho. Aproveito e registro aqui o orgulho de tê-la como amiga e ex-companheira de turma, sendo a primeira da turma 2008.1 noite a se tornar profissional arquivista, conseguindo ocupar o cargo de docência na instituição que nos formamos.

A minha família pelo apoio e compreensão concedidos durante esses anos da minha vida acadêmica.

À Eduarda Costa, grande amiga e porque não dizer, minha melhor amiga, que soube compreender, como ninguém, minhas ausências durante esses anos de graduação.

Aos meus grandes amigos que conheci nos tempos do Lyceu Paraibano, Iran Firmino, Halan Azevedo, Luciana Azevedo e Mariana Isabel, essenciais em minha vida e que mesmo distantes sempre me apoiaram.

Aos meus companheiros de turma que se transformaram em grandes amigos, os futuros arquivistas: Aline Monteiro, Anna Louise, Wanessa Roberta, Kleber Johnny, Vivaldo Neto, Yuri Nunes, Denise Brito, Lucia Daiane, Iranilson Chianca, Rosa Maria, Mara Vanessa, Bruno, José Elder, Michelle Chaves, Ismael Chaves, Mardônio Lacet e Janielly Alcantara. Bem como aqueles que infelizmente não puderam dar prosseguimento a formação arquivística, mas que marcaram por sua intensa amizade: Thamires Correia, Marli Soares, Ianne e Ricarde o inesquecível “Jack”.

Aos alunos de outras turmas do curso que sempre me fizeram bem com seu enorme carinho: Isaac Newton, Natalia Regina, Erick Cardoso, Bruno Pereira, Andrea Alcantara, Ana Tavares, Fernando Coutinho, Matheus Batista, Jaina Elissa, Aniele Andrade, Aldemane, Loester e em especial Nadja Helena a qual tenho enorme apreço.

À saudosa Carmélia, chamada carinhosamente por todos de “Dona Camélia”, a aluna mais querida da UEPB.

Aos queridos Professores e ex-professores, que tanto contribuíram para minha formação, Jimmy Lellis, Anna Cristina, Geanne Luna, Washington Medeiros,

Gabriela Garcia, Marcos Cavalcante e Rodrigo Ávila.

Aos funcionários do campus V: Maria carinhosamente chamada por mim de “Mary Johnes”, Pedro, Liliane, Fabiola Maia e em especial a Luis Carlos “Iula” companheiro de todas as noites, jamais esquecerei das inúmeras risadas dadas.

Aos comerciantes que sempre estiveram presentes no campus para nos servir “Dona Teka” dos tempos do campus em mangabeira, Régis dos períodos da UEPB no centro, e “Dona Eva” do campus do Cristo.

Aos componentes da Cia. De Teatro Argonautas por terem me inserido nesse mundo maravilhoso que é o teatro.

Em especial, à Edezilda Sales, companheira de turma e grande amiga pessoal, por todo carinho dedicado, atenção, puxadas de orelha, e estudos pra concurso, compartilhados durante todos esses anos, não posso esquecer de sua família que sempre me acolheu com enorme carinho, e em especial a sua mãe Marlene Sales a qual tomei como minha avó.

A tod@s muito obrigada.

RESUMO

Dentre os diversos estudos realizados na área de Arquivologia, uma das temáticas de grande pertinência é o estudo do potencial dos arquivos enquanto auxiliares na formação da memória social. Nesse sentido esta pesquisa tem por objetivo compreender como a gestão documental e o acesso à informação podem auxiliar no processo de construção da memória social. Utilizamos como aporte teórico principal às considerações acerca dos conceitos de arquivo, memória e acesso à informação, os autores Rousseau e Couture (1998), Mariz (2012), Jardim (1995), Delmas (2010), Michael Pollak (1992) e Maurice Halbwachs (1989), os quais foram indispensáveis para compreensão e identificação dos vários discursos que se entrelaçam na temática abordada. A pesquisa de base bibliográfica e documental realizou-se no arquivo do teatro considerado o mais antigo em funcionamento da capital paraibana, o Teatro Santa Roza. Neste estudo as análises apontam que a falta de conhecimento dos procedimentos técnicos-arquivísticos por parte dos gestores e funcionários da instituição, influem diretamente na gestão documental do acervo e, conseqüentemente, acabam por dificultar o acesso à informação.

Palavras- chave: Memória. Acesso à informação. Teatro Santa Roza

RESUMEN

Entre los diversos estudios en el área de Archivología, uno de los temas de gran relevancia es el estudio de los posibles ayudantes mientras que los archivos de la formación de la memoria social. En este sentido, la presente investigación tiene como objetivo entender cómo la gestión de documentos y el acceso a la información puede ayudar en la construcción de la memoria social. Se utilizó como las principales consideraciones teóricas sobre el archivo de definición, la memoria, y el acceso a la información, los autores Couture y Rousseau (1998), Mariz (2012), Jardín (1995), Delmas (2010), Michael Pollak (1992) y Maurice Halbwachs (1989), que son indispensables para comprender e identificar los diferentes discursos que entrelazan el tema. La literatura basada en investigaciones y documentos conservados en los archivos del teatro considerado el más antiguo en funcionamiento de la capital de Paraíba, Teatro Santa Roza. En este estudio, los análisis indican que la falta de conocimiento de los procedimientos técnicos, de mantenimiento de registros de los directivos y empleados de la institución, influyen directamente en la gestión de la información contenida en la colección y por lo tanto llegar a obstaculizar el acceso a la información.

Palabras clave: Memoria. Acceso a la información. Teatro Santa Roza

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Placa de conclusão da construção do teatro

Figura 2: Teatro Santa Roza

Figura 3: Página do TSR na web

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

FUNESC- Fundação Espaço Cultural

TSR- Teatro Santa Roza

TTD- Tabela de Temporalidade Documental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O THEATRO SANTA ROZA.....	14
2 ARQUIVOS, MEMÓRIA E ACESSO À INFORMAÇÃO.....	20
2.1 Arquivos.....	20
2.2 Memória.....	23
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	28
3.1 Identificação do acervo.....	28
3.2 Conteúdo do acervo e atividades do arquivo.....	29
3.3 Infraestrutura e serviços.....	30
3.4 Recursos Humanos.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXO.....	36

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, busca-se registrar de alguma forma os acontecimentos cotidianos, o que não é diferente na sociedade contemporânea. A informação passou a ser um dado importante nas mais diferentes áreas do conhecimento, é essencial para a compreensão das experiências já realizadas, auxiliando no preparo de estratégias e decisões, sem esquecer que fundamentalmente a informação registrada em qualquer suporte exerce papel de prova dos atos das administrações.

No campo arquivístico, de acordo com Lopes (2009) a informação vai além do simples registro em suporte físico, pois “a natureza das informações arquivísticas é específica; trata-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é ao mesmo tempo, produtor e receptor” (p.119)

Com isso, a produção documental foi algo que cresceu consideravelmente em consequência do desenvolvimento tecnológico que se estabeleceu durante a segunda guerra mundial. A partir deste fenômeno, as instituições se viram diante de grande massa documental e perceberam a necessidade de utilizarem ferramentas que as auxiliassem na recuperação da informação. Para que se concretize o acesso à informação, faz-se necessário que as instituições públicas, façam planos de gestão que incluam instrumentos de pesquisa elaborados para dar rapidez as solicitações dos seus usuários.

Para que esta pesquisa viesse a campo, tomamos por teoria os trabalhos sobre memória de Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff, estes sociólogos dão contribuição fundamental ao estudo sobre memória social em qualquer área científica, além de enfatizarem a importância do documento como fonte informacional para a construção memória.

No tocante à memória em arquivos e acesso à informação tomamos por base os estudos de José Maria Jardim (1995), Anna Carla de Almeida Mariz (2012) e Bruno Delmas (2010) que elucidam esta função dos arquivos.

O foco desta pesquisa é o arquivo do Teatro Santa Roza, instituição pública que tem por fim a realização de espetáculos de todas as vertentes artísticas e de aulas através de sua escola de dança.

Essa instituição foi escolhida devido a sua importância no âmbito cultural paraibano. Além disso, verificou-se também a ausência de estudos que visem ao seu potencial como “lugar de memória”, como bem afirma Jacques le Goff.

A questão do acesso à informação como meio de conhecimento da memória para a sociedade influenciará em uma nova visão que os gestores desta instituição poderão ter a cerca do potencial do acervo que está sob sua responsabilidade, verificando, acima de tudo a capacidade informacional deste arquivo. Acreditamos que, devido a estes fatores, uma pesquisa que propõe investigar os arquivos como fonte para a memória cultural paraibana torna-se necessária à construção de um novo parâmetro informacional para a sociedade paraibana.

Para o cenário arquivístico, a efervescência na busca e reconhecimento da memória traz um desafio devido ao fato deste tema ser pouco abordado pelos teóricos da área, principalmente quando nos referimos a um arquivo público de um teatro, local de tamanha importância para a população de uma cidade.

Nossa pesquisa tem como objetivo geral compreender como a gestão documental e o acesso à informação auxiliam na construção da memória social.

Por objetivos específicos temos:

- Identificar as espécies e tipologias documentais existentes;
- Analisar a gestão de documentos/informação;
- Verificar a disposição das informações no acervo aos usuários.

A pesquisa, para as ciências sociais, representa “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (2007, p.42). Nesse universo, a monografia

parte do principio que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem se indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc(2007, p.35)

Portanto, esta pesquisa enquadra-se como um estudo de caso, sendo de natureza qualitativa, e devido à direção de sua ação não apresenta a necessidade de tabulação de dados estatísticos conforme estabelece Yin

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o

fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidencia. (Yin 1981 apud Gil, 2007 p. 73)

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Este trabalho, tem como universo de pesquisa as casas de espetáculos localizadas na cidade de João pessoa e que hoje estão sob administração pública, totalizando cinco teatros, dos quais três são administrados pela FUNESC (fundação espaço cultural), Compreendemos como universo “o conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum”(MARCONI E LAKATOS 2008) , destes três teatros foi selecionado por amostragem o Teatro Santa Roza “a amostragem é portanto escolher uma parte de tal forma que ela seja a mais representativa possível”(MARCONI E LAKATOS 2008).

Devido à característica de investigação exclusivamente documental para a compreensão de determinada comunidade, utilizaremos o método de pesquisa descritivo, pois propõe maior aprofundamento sobre o objeto de estudo, exigindo que o investigador busque informações sobre o objeto de estudo bem antes de realizar a ação

o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos...a análise documental é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir grande quantidade de informação” (TRIVINÓS, 2008).

Para colher os dados necessários à realização desta pesquisa, utilizamos o método da observação que “constitui elemento fundamental a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados” (Gil, 2007 p.110)

A coleta de dados para este trabalho se deu entre os meses de agosto e setembro de 2012 no TSR e no arquivo histórico do Estado da Paraíba, no qual foi aplicado após a observação o questionário do CONARQ (conselho nacional de arquivos) para nos aprofundarmos sobre a realidade do referido arquivo.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos que apresentam-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo discorre sobre o Teatro Santa Roza, afim de contextualizarmos a instituição pesquisada. No segundo capítulo, fazemos uma

abordagem teórica sobre arquivos, memória e acesso à informação, a fim de compreendermos a importância do arquivo e, conseqüentemente, sua contribuição como lugar de memória. Em seu terceiro e último capítulo apresentaremos o diagnóstico do acervo da instituição, verificando a questão do acesso à informação como meio de acesso à memória, demonstrando assim a realidade dos arquivos das instituições culturais da cidade.

1 O THEATRO SANTA ROZA

Arte surgida nos tempos antigos na Grécia, o teatro evoluiu através dos anos. No Brasil esta arte chegou através dos jesuítas que durante o processo de catequização dos índios, encontraram dificuldades em transmitir seus ensinamentos, buscando no teatro uma forma de facilitar a comunicação entre estes povos tão distintos. No período militar foi o setor artístico que mais registrou atividade e manifestações contra o regime.

Na Paraíba, o surgimento dos primeiros teatros datam do século XIX. As casas de espetáculos Theatro Gymnasio Paraibano e Santa Cruz iniciaram esta arte, especificamente, na cidade de João Pessoa, porém a capital precisava de um teatro que se adequasse ao desenvolvimento econômico e social vivido naquela época. Foi quando surgiu o Theatro Santa Roza na então capital da província chamada Parahyba.

Hoje a cidade conta com 5 teatros, dos quais, um está sob o domínio da Universidade Federal da Paraíba, dois da Prefeitura municipal de João Pessoa, e três que estão sob custódia do Governo do estado através da FUNESC¹, entre estes encontra-se o Teatro Santa Roza.

Em 03 de setembro de 1889, faltando exatamente 12 dias para a Proclamação da República, a casa de espetáculo da capital da Província da Parahyba do Norte fora inaugurada sob o comando do então presidente Francisco Luís da Gama Rosa. A conclusão das obras do teatro era esperada pela população paraibana desde o ano de 1873, quando fora colocada sua pedra fundamental. Até então, a capital só desfrutava de pequenas casas de espetáculo, como o teatro Santa Cruz fundado e dirigido por Lima Penante.

¹ O teatro Santa Roza está vinculado, desde o ano de 1991, à Fundação Espaço Cultural, órgão pertencente à administração indireta do Governo do Estado da Paraíba.

Figura 1: Placa de conclusão da construção do teatro



Fonte: acervo pessoal

A escritora e jornalista paraibana Fátima Araújo em sua obra “Teatro Santa Rosa: um teatro de 120 anos”, publicado no ano de 2009 pela FUNESC, que tomo por base para a construção deste capítulo, traz alguns recortes de jornais da época da inauguração do teatro que demonstram a influência da imprensa e da população na cobrança para se concluir as obras da casa de espetáculo. Vejamos,

Sabemos que o Dr. Gama Roza quer ver concluído o mais breve possível o teatro Santa Cruz (Inicialmente este seria o nome dado ao teatro) e para isto tem concentrado todas as suas vistas naquela importante obra, que prossegue com a máxima atividade sob a inteligente direção do distinto engenheiro Sr. Oliveira Cruz; havendo, ao que nos informam, o pensamento de se inaugurar o teatro no mês de setembro. (Jornal Gazeta da Parahyba, 17.08.1889 apud Araújo, 2009 p. 26)

Após sua inauguração o TSR registrou grande movimento artístico, e que pouco tempo depois começou a receber críticas devido a sua localização, fato que refletiu na frequência do público. Na época o teatro era um pouco distante do centro, mesmo assim continuou funcionando normalmente até que no ano de 1900 se recebeu o espetáculo de mágica do sueco John B. Miller, artisticamente conhecido por Jau Ballabrega, ele iria apresentar-se no dia 12 de junho do referido ano no

período noturno, porém durante um ensaio à tarde ocorreu um acidente que culminou no falecimento do mágico e de seu assistente, fato este que só devolveu movimento ao teatro no ano de 1901.

Outro fato, bastante interessante ocorreu no ano de 1912. O TSR e algumas ruas próximas receberam energia elétrica, uma grande novidade naquele ano. Com isso, registrou-se grande movimento de público, movido não só pelo interesse nos espetáculos, mas também, em sua grande maioria, pela curiosidade em ver como funcionava o teatro com energia elétrica. A partir deste período o Santa Roza passou a funcionar como cine-teatro, concorrendo com outras casa já instaladas na capital, como o cine Rio Branco, Cine Popular e Cine Pathé. No ano seguinte, o TSR foi palco para a recepção do então senador Eptácio Pessoa, que há 12 anos não retornava ao estado. Castro Pinto, o presidente da Província organizou um banquete em homenagem ao senador, o que causou grande repercussão e levou muitas pessoas ao teatro.

Desde sua inauguração, o TSR ainda não havia passado por nenhum reparo, mas foi no ano de 1916 que começaram as primeiras queixas em relação a sua estrutura física. Em 1917 foram suspensas todas as apresentações artísticas e o presidente Camilo de Holanda autorizou o fechamento do teatro para ser feita uma reforma que durou até setembro do mesmo ano. Depois de reformado, o Santa Roza sofria com a concorrência dos cinemas da cidade e até mesmo com o cinema de da vizinha cidade de Cabedelo, até que em 1920 apresentou-se no teatro o maestro Oscar Lattanzi, grande músico extremamente admirado, que conseguiu lotar a plateia em sua capacidade máxima, levando Camilo de Holanda e familiares ao TSR.

A disputa entre as casas de espetáculos era enorme, mas não se limitavam apenas nas disputas de espetáculos. Sedar eventos sociais e principalmente políticos fazia parte das realizações do local. Ainda no ano de 1920 o então eleito presidente da Província, Solon de Lucena, recebeu em sua homenagem no teatro um grande banquete requintado. E dias depois para não ficar para trás o cinema-teatro Rio Branco promoveu um evento de cunho mais simples para registrar a posse de Solon de Lucena, em ambos os eventos estiveram presentes autoridades e a elite social paraibana.

A década de 30 teve uma grande movimentação, principalmente pelos eventos políticos, devido à reforma no prédio que abrigava a assembleia legislativa.

Em 1929 às sessões parlamentares passaram a ser realizadas no palco do Santa Roza. No ano seguinte, em 1930 ocorreu o assassinato do presidente João Pessoa, fato que levou à assembleia no dia primeiro de Setembro de 1930 a apresentar um projeto que propunha a mudança de nome da capital de Parahyba para João Pessoa, registrado no Jornal a União da seguinte maneira;

A Parahyba prestou hontem uma expressiva e grandiosa homenagem a memória do presidente João Pessoa, e o fez duma forma singular, dentro da mais perfeita confraternização entre o povo e poder legislativo.

Jamais em nossa terra – ou em qualquer outra parte do Brasil – se realizou manifestação de tanta imponencia, significação e cunho duradouro.

A ideia da doação do nome do impoluto presidente martirizado para a redenção da República à capital que ele tato amava, que embelezou com as obras públicas, nasceu do espírito popular e se alastrou com a violência das fagulhas. [...]

De modo que, às 13 horas, o edifício do Reatro Santa Rosa regorgitava de uma assistência elegante e representativa, na qual se viam, unidas para a impetração da medida legislativa, todas as classe sociais.

O teatro já não cabia uma só pessoa em todas as suas localidades. Os camarotes superlotados. As frizas frementes. De toda a parte ondulação das cabeças humanas e uma nota a sobrepujar tudo: o comparecimento d numerosíssimo elemento feminino, animador da ideia dessa homenagem excepcional, que arrancou lágrimas de muitos olhos (Jornal a União 01.09.1930 apud Araújo, 2009 p. 91-92)

No dia 3 de setembro de 1930 o palco do teatro mais uma vez foi testemunho de outro fato marcante para o Estado, neste dia os deputados apresentaram o projeto que propusera a nova bandeira do Estado da Paraíba. Uma bandeira que representasse a indignação do povo diante da tragédia que foi o assassinato de João Pessoa. O projeto foi aprovado no mesmo dia e as cores vermelha e pretas com a inscrição NEGO ficariam até os dias atuais representando o nosso estado. Apesar de toda essa movimentação política o teatro continuou funcionando com a apresentação de espetáculos e filmes até o ano de 1941, quando foi registrado um baixo movimento artístico, e com isto, o Cine Rex foi palco das melhores atrações exibidas na capital durante a década de 40.

Durante o governo de José Américo de Almeida, a população cobrava outra reforma na estrutura física do teatro, pois se passavam quase 40 anos desde a última. O teatro do estudante, muito presente com seus trabalhos nos anos 50, cobrava veementemente providencias, principalmente pelo fato de o teatro receber atrações de fora do estado e assim evitando passar por constrangimentos diante de tais artistas. Porém, mesmo com todos os problemas, o teatro recebeu em 1955 o

Ballet do teatro municipal do Rio de Janeiro, que se apresentou por dois dias seguidos com casa lotada.

Já no ano de 1956 o teatro passou por sua segunda reforma, foram investidos na época, Cr\$1.500,000,00 (hum milhão de cruzeiros) ampliando principalmente a capacidade da plateia que passou a contar com 540 lugares, o que levou o teatro a reabrir suas portas somente no ano seguinte.

Durante a década de 60 eclodiu o militarismo, forma de governo que repreendeu as artes em todas as suas vertentes. Mas, mesmo assim, o teatro demonstrou grande criatividade, apesar de toda a repreensão no ano de 1964 se realizou o IV seminário de teatro, e durante todo o evento contou com um público de mais de 10 mil pessoas, e no mesmo ano o grupo oficial do teatro apresentou a montagem de O Auto da compadecida, do autor paraibano Ariano Suassuna. Vários espetáculos conscientizadores da situação política que o país enfrentava foram apresentados pelo teatro do estudante no palco do TSR, e no ano de 1967 o espetáculo Liberdade, liberdade, montagem do grupo carioca Opinião, foi apresentado por dois dias seguidos sendo considerado o mais inteligente espetáculo da temporada. Neste mesmo ano tomava posse, como diretor do teatro, Altimar Pimentel, trazendo ao público através da rádio tabajara o programa “A hora e a vez do teatro” instrumento de grande importância para divulgar o movimento artístico do teatro.

No início da década de 70 o teatro passa por mais uma reforma, e no ano de 1971, durante o governo Ernani Sátiro, foram investidos Cr\$82.220,00 (Oitenta e dois mil, duzentos e vinte cruzeiros) na reforma e ampliação, estes justificados pelo governador devido ao investimento na escola de ballet e piano. Essa reforma não parou o movimento artístico como as outras, o período foi mais curto e no mesmo ano a apresentação de espetáculos foi bastante intensa. No fim da mesma década e já durante o governo de Tarcisio de Miranda Burity o teatro passa por outra reforma, e fica fechado de 1979 até março de 1980.

No ano de 1989 ainda sob a administração do governador Burity o teatro passa por mais uma reforma, a maior desde sua construção foram investidos Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros). Desta vez a reforma durou dois anos e o teatro só foi reaberto no mês de março de 1991. Muitas pessoas passavam por ali, mas apenas para admirar a beleza do majestoso teatro. Só a partir

deste feito e durante toda a década de 90 as apresentações de grupos locais foram intensas e muito valorizadas. Ali foram registrados muitos espetáculos de grupos paraibanos, destacando no ano de 1999, a III mostra de teatro infantil.

Na virada do novo século o teatro continuava sendo referência para a sociedade, mesmo com a concorrência do teatro Paulo Pontes, casa de espetáculos com equipamentos modernos que comportava maior quantidade de público.

No ano de 2004, houve a apresentação do espetáculo Vau da Sarapalha grande sucesso que lotou o teatro de forma inimaginável, desde o início dos anos 2000.

Até o momento uma grande dúvida paira no TSR, o motivo é devido à grafia do no Roza com z, já que o correto da nossa língua é rosa com s. Alguns acreditam que foi em decorrência da homenagem ao presidente da província no momento da inauguração, o Senhor Francisco Luíz da Gama Rosa, o que pode ser comprovado contrário devido a documentos assinados pelo presidente, onde seu nome encontrava-se grafado com a letra s. Devido a isso acredita-se que foi um erro de grafia no momento da confecção do nome posto no frente do teatro, já que erros desta natureza são comuns na língua portuguesa, mas tudo isso não tira a dúvida do que realmente levou a grafia do nome com z, que é reproduzido até hoje pela imprensa e que respeitosamente foi mantido pelas administrações.

Mesmo após 123 anos o Teatro Santa Roza continua exercendo sua função: a realização de espetáculos de todas as vertentes artísticas. O prédio continua causando encantamento a todos que ali vão para exercer a sua profissão artística, como também no público que vai em busca de momentos de entretenimento, tal como é feito desde 1889.

2 ARQUIVOS, MEMÓRIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Sem dúvida, a memória é uma dimensão inerente ao campo arquivístico, mas os arquivos não são apenas *lugares de memória*. [...] a memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais *lugares de memória* forem gerenciados também *lugares de informação*, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É como lugares de informação[...] que os arquivos se configuram hoje.
(Mariz, 2012 p. 12)

2.1 Arquivos

Atualmente o arquivo representa para as instituições elemento vital, informação armazenada nos mais diversos suportes, os quais servem para futuras consultas, auxiliando na construção do conhecimento e memória institucional, os arquivos públicos brasileiros, carecem de organização, mas para isso é necessário que os gestores sejam conscientizados sobre técnicas arquivísticas para assim valorizarem o conteúdo dos acervos que estão sob sua custódia.

O arquivista juntamente com os gestores e funcionários das instituições, devem focar em esclarecer o fato de que o arquivo não deve ser um simples depósito de documentos inutilizados, mas sim um repositório de documentos devidamente tratados, que ao longo do cumprimento de sua temporalidade foram classificados, avaliados, e selecionados para de fato cumprirem o seu papel: fornecer informação para qualquer usuário que dela necessite.

Para iniciarmos esta discussão trazemos aqui alguns conceitos de arquivo:

- Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005 p.26)
- conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (lei federal 8159/91)
- Conjunto das informações, qualquer que seja sua data, natureza, ou suporte, organicamente [e automaticamente] reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente de informação geral (ROUSSEAU, 1998 p.284)

Já arquivo público, objeto de nossa pesquisa, define-se segundo PAES (2007), como “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, judiciárias ou legislativas” (p.24).

Portanto os arquivos nascem de uma produção cotidiana das instituições, de seus atos administrativos e para manter essa informação de maneira orgânica deve-se compreender que ela está mantida em documentos que estão relacionados entre si desde que foram gerados, ou seja, todo documento de arquivo possui características que o identificam destacamos aqui a organicidade e naturalidade:

Organicidade: aspecto segundo o qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. [...]

Naturalidade: característica segundo a qual os registros de arquivo não são coletados artificialmente e sim acumulados de modo espontâneo, contínuo e progressivo, no decorrer das atividades cotidianas da administração (GARCIA 2008 P. 17)

Esta relação orgânica, que deve existir entre os documentos, precisa ser respeitada, para que outros passos fundamentais possam ser dados, a fim de alcançar o objetivo maior que é o acesso à informação em tempo hábil de modo que satisfaça as necessidades do usuário.

Todo documento é produzido na intenção de se registrar em suporte físico a informação gerada no decorrer das atividades, portanto informação:

constitui-se, cada vez mais, como elemento indispensável às sociedades, principalmente em sua relação com o processo de tomada de decisão em qualquer atividade humana. Nos entornos organizacionais, suas características de validade são entendidas como um resultado oportuno e considerada como um recurso estratégico fundamental para o desenvolvimento de todo tipo de atividade, sendo que sua ausência, insuficiência ou abundância, em que não exista a gestão, podem ocasionar graves danos aos que dela dependem. (GARCIA, 2008 p.73).

A informação arquivística seria, portanto, aquela contida nos documentos que integram os arquivos, os quais possuem características próprias e delimitadas. O que define um documento arquivístico não é somente o fato de ser produzido e recebido em função das atividades de um órgão ou pessoa física, mas também a relação orgânica que ele mantém com os outros documentos do acervo. (MARIZ, 2012 P.12)

Nesse sentido entraremos no campo teórico para compreender como os arquivos e o acesso à informação podem contribuir para a construção da memória.

De acordo com Jardim (1995), sabemos que as instituições públicas principalmente as brasileiras, possuem atualmente sob sua custódia uma quantidade considerável de documentos, que por ventura devem estar sem nenhum tratamento técnico arquivístico. Portanto, para solucionar quaisquer transtornos que o não tratamento da documentação possa trazer, a arquivística nos mostra dois processos essenciais para gerir, de forma eficiente e eficaz, a informação contida em seus documentos, estes processos são a avaliação e a seleção.

A avaliação e a seleção documental são fundamentais em qualquer plano de gestão de acervos arquivísticos, e através delas são definidos quais documentos serão preservados, sendo recolhidos ao acervo permanente ou eliminados. Esse processo não é feito aleatoriamente ou a vontade do arquivista é tomado por base um instrumento que é previamente elaborado por uma comissão própria dentro da instituição. esse instrumento é a tabela de temporalidade documental (TTD), que contém os prazos, ou seja, a vida útil de cada documento produzido, prazos estes que devem ser acompanhados desde o início do fluxo documental.

De acordo com José Maria Jardim (1995), dois conceitos dão base a esses processos, e são justamente eles que conferem o valor probatório dos documentos:

O **valor primário**: refere-se aos aspectos gerenciais dos documentos e á demanda de uso que este recebe por conta da administração que o produziu. Detectar o valor primário dos documentos é, como tal, identificar seu potencial de uso no âmbito do processo decisório, considerando suas dimensões gerenciais, legais e financeiras.

O **valor secundário**: diz respeito ás possibilidades de utilização do documento por usuários que o procuram por razões distintas e posteriores aquelas do seu produtor. (JARDIM, 1995, p. 6)

Percebe-se, ao longo do que foi exposto, que todos os processos utilizados na gestão documental remetem a utilização após a sua utilidade mediata, e é pensando no usuário que Rodrigues afirma que:

o objetivo último da organização de um conjunto documental arquivístico é permitir o acesso a informação ou as informações arquivísticas sejam acessíveis é preciso existir instrumentos que permitam esse acesso. Na perspectiva do arquivista, isto é, no que depende diretamente de seu trabalho profissional, é no acesso intelectual e físico que se concentra sua intervenção.” (RODRIGUES apud, Mariz, 2012 p. 28).

A comunicação entre o arquivo e o usuário ainda é pouco estudada na arquivística, porém é necessário diminuir os ruídos na comunicação entre o

pensamento do arquivista, que muitas vezes organiza o acervo e elabora os instrumentos de pesquisa pensando apenas no produtor do documento, e a real necessidade do usuário, principalmente no que compete aos usuários de arquivos públicos, estes arquivos geralmente são os menos organizados e os que detêm a maior quantidade de documentos que interessam a população, são “lugares de um determinado tipo de memória, aquela resultante das relações estado e sociedade” (NORA, 1993 apud Jardim 1995 p. 9)

A não preocupação com o usuário é consequência de outros fatores que são cruciais no impedimento ao acesso à informação nos arquivos públicos, “Esquece-se muito frequentemente que os arquivos são uma imensa fonte de conhecimento e fazem parte tanto dos ativos das empresas como dos estados.” (DELMAS, 2010 p. 39).

E é trabalhando na perspectiva do acesso a informação arquivística que abordaremos, nesta pesquisa, o acervo do Teatro Santa Roza, entraremos em uma área ainda pouco estudada no campo da Arquivologia, que é o arquivo e sua contribuição para a construção da memória como identidade social.

2.2 Memória

Para nos aprofundarmos no tema desta pesquisa precisamos compreender o que é memória. Em sua interpretação mais popular é a

Faculdade de reter as ideias adquiridas anteriormente; lembrança, reminiscência; narrações históricas, escritas por testemunhas presenciais; escritos em que alguém descreve sua própria vida,autobiografia;dispositivo que armazena e manipula informações em processamento ou em transito por dispositivos e programas (BUENO, p.425,1996)

A capacidade cognitiva do ser humano em guardar e compreender os registros de experiências vividas, a princípio visto apenas como uma das muitas habilidades humanas, com o passar dos anos ganhou um sentido mais amplo, o advento da escrita e o registro tátil dessas informações passaram a desencadear uma revolução em termos de acesso aos fatos passados. Essas informações passaram a ser úteis para as mais diversas necessidades do presente, tendo principalmente o papel de prova.

Para aprofundarmos o conhecimento sobre memória tomamos por base os estudos de Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Pierre Nora, entre outros, visando

trazer a compreensão científica sobre este tema que hoje começa a ter grande importância para a sociedade.

Segundo Le Goff (2003,p.423 apud QUEIROZ,2011,p.48), “a memória é a propriedade de conservar certas informações e que nos remete inicialmente a um conjunto de funções psíquicas que o homem utiliza para atualizar informações passadas”. Já Regina Célia Gonçalves afirma que o termo memória é “utilizado correntemente para caracterizar a cultura material das sociedades através do tempo.” (1999, p. 15).

Os estudos do sociólogo Frances Maurice Halbwachs sobre memória nos trazem dois tipos de memória que se complementam: a memória individual e a memória coletiva. Para este autor “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (2006, p.72). A distinção entre estas duas memórias reside apenas como elas são construídas, o tempo e o espaço delimitam muito bem isso; as lembranças individuais são decorrentes dos atos tomados por determinado indivíduo no decorrer de sua existência onde não existe possibilidade de entrar em choque com os acontecimentos da vida de outras pessoas. Já a memória coletiva é construída da mesma forma só que por fatos que importam para a nação, e mesmo que o indivíduo não tenha participado diretamente dos fatos ele se identifica e passa a tomar esta memória como sua.

Michael Pollak em suas pesquisas se baseia em boa parte na teoria de Maurice Halbwachs principalmente no que se trata de memória coletiva, afirmando que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanho diferentes [...]. A referencia ao passado serve para manter coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (p.3, 1989)

Com esta fala, Pollak já nos deixa conscientes de que, para pertencer a uma memória coletiva, o indivíduo tem que se sentir integrante de determinado grupo, ou seja, é necessário que haja uma identificação com os acontecimentos deste grupo para assim absorver para a memória individual as experiências vividas por um todo. Esta característica intrínseca na memória coletiva é muito bem abordada pelo autor em seu artigo intitulado “**memória e identidade social**”, publicado em 1992, no qual

ele enfatiza :

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.[...] podemos dizer que em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade (1992, p.205)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Menezes afirma:

“a memória, como construção social, é formação da imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional[...] é operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social.(Menezes apud Menezes 1999 p. 21-22)

Esta busca pela identidade individual dentro dos acontecimentos de um grupo é perfeitamente explicada pelo sociólogo Jacques Le Goff para ela “o interesse da memória coletiva e da história não se limita mais a grandes homens e acontecimentos, mas passa a dirigir-se a todos os homens” (Mariz 2012 p.18). A efervescência da busca pela memória individual é algo consequente da explosão de produção documental vivido após o período da segunda guerra, o que atinge diretamente os repositórios desses documentos.

Até então, pensar nos arquivos como lugares de memória era praticamente impossível, um fato negado por muitos gestores ao longo de vários anos. Verificando a importância da memória para a identidade social e analisando a forma como este tema vem sendo abordado atualmente no cenário arquivístico, José Maria Jardim, em seu artigo “**a invenção da memória nos arquivos públicos**” traz toda essa abordagem para o universo dos arquivos, com foco nos acervos de instituições públicas, que hoje são as maiores detentoras do acervo arquivístico do país.

O autor nos mostra que a memória evocada nos documentos de arquivo é uma memória registrada, um processo que parece estático, mas que demonstra o contrário. Estes registros nascem de uma rotina administrativa e que servem todo o tempo como sustento para ações futuras das organizações.

Neste mesmo texto, Jardim faz uma forte crítica ao descaso sofrido pelos

acervos de instituições públicas, devido à falta de conhecimento e interesse de seus gestores, o que afeta gravemente o desenvolvimento de qualquer tentativa de acesso à informação pelos cidadãos:

A memória que se inventa em nossos arquivos públicos não parece transcender a escassa dimensão política desses equipamentos públicos de restritas possibilidades de uso social. A invenção da memória nos arquivos públicos brasileiros tampouco parece encontrar sua referência na racionalidade técnica dos princípios teóricos da avaliação e seleção de documentos consagrados internacionalmente. A reduzida literatura sobre o tema no Brasil evidencia esta situação, bem como as lacunas teóricas com que se opera o conceito/noção de memória entre os arquivos públicos.(Jardim, 1995 p. 8)

Infelizmente, enquanto o Estado fechar os olhos para os arquivos e suas funções, não teremos referências do passado e muito menos identidade, porém, cabe a nós, arquivistas, lutar para conscientizar que o acesso à memória é “uma necessidade prática da vida cotidiana de qualquer pessoa ou instituição, é o resultado da necessária continuidade da vida dos indivíduos como organismos, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações”(DELMAS 2010, p. 26-27).

Ao reconhecermos o descaso com os arquivos públicos, chegamos a um ponto fundamental nesta discussão: “a crise da memória”, que deriva de vários fatores, Menezes (1999) apresenta cinco dimensões fundamentais para a compreensão do que ocorre hoje principalmente nos arquivos públicos brasileiros:

- Dimensão epistemológica : A relação entre passado e presente;
- Dimensão técnica: remete à produção documental que se materializou e que, com o advento da tecnologia, aumentou consideravelmente;
- Dimensão existencial: as práticas sociais e a tentativa exaustiva de agregar funções à memória;
- Dimensão política: a amnésia proposital praticada pelos responsáveis de instituições públicas ou privadas;
- Dimensão econômica: a conversão de valores à informação, ou seja, a informação tornou-se item comercial.

Tudo isso é consequência da falta de consciência do verdadeiro papel da memória gerado pelo excesso de produção documental do século XXI, todos são geradores de informações, para Miranda :

Uma das funções desejáveis da memória seria essa, aumentar a capacidade de perceber as transformações da sociedade pela ação humana, permitindo que se tenha quase que afetivamente - e não cognitivamente – a experiência da dinâmica social, da ação das forças que constroem a sociedade e que podem mudá-la a todo instante (2007, p.21)

Jardim dialoga com Miranda ao afirmar que “a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, a constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (Nora apud Jardim 1995, p. 2)

3 ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos para a coleta de dados nesta pesquisa o formulário de pesquisa do CONARQ, que foi elaborado para conhecer a realidade dos arquivos públicos estaduais e municipais do Brasil. O formulário foi respondido por uma das três secretárias da instituição como também por seu diretor e, através das respostas, fizemos o seguinte levantamento.

3.1 Identificação do acervo

Uma parte do acervo do Teatro Santa Roza está localizada, nas próprias dependências do teatro que fica localizado na Praça Pedro Américo, s/n, centro da capital (conforme figura 2) e outra fica no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba que está localizado no subsolo do prédio do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, localizado a Avenida Abdias Gomes de Almeida, nº800, bairro de Tambauzinho.

Figura 2: Teatro Santa Roza



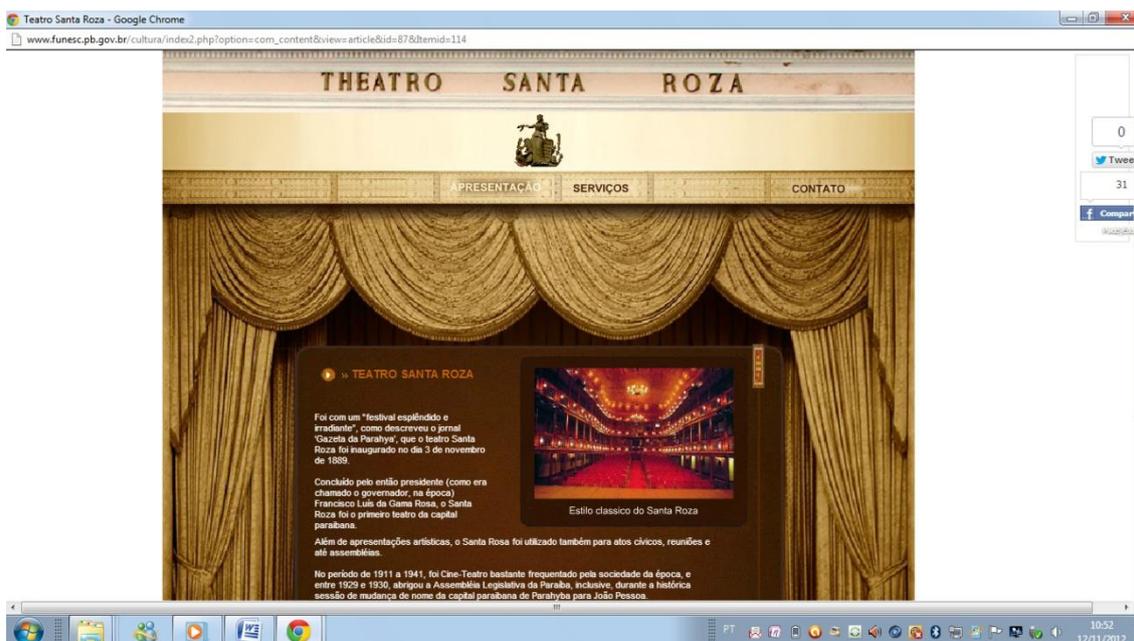
Fonte: acervo pessoal

Os funcionários que responderam o questionário não souberam informar qual

o espaço do terreno ocupado pelo teatro e, conseqüentemente, da sala que serve como arquivo.

O arquivo não possui página na web, pois o teatro tem apenas uma página vinculada à home Page da FUNESC, e não apresenta informações satisfatórias.

Figura 3: página do TSR na web



Fonte:

http://www.funesc.pb.gov.br/cultura/index2.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=114,
acesso em 12.novembro.2012

O desmembramento do arquivo é um ponto grave, pois dificulta o acesso à informação para o usuário e conseqüentemente nem os próprios funcionários tem controle sobre os documentos da instituição, o que será um pouco mais abordado no próximo item.

3.2 Conteúdo do Acervo e Atividades de Arquivo

O gestor da instituição desde que tomou posse há quase oito meses não procurou fazer o levantamento da documentação que está sob sua custódia, mas, no preenchimento do formulário ele acredita que no acervo tenham documentos a partir do ano de 1991, e que boa parte do acervo da instituição atualmente é composto por fichas de alunos da escola de dança, documentos referentes a

solicitações de agendamento para apresentações de espetáculos por parte de produtores culturais, e fotografias. Percebemos que o principal tema dos documentos é cultura, devido à atividade para qual esta instituição foi criada.

Neste ponto percebemos o desconhecimento das espécies e tipologias documentais produzidas pela instituição, que não limita-se apenas nestes três itens que foram citados no parágrafo anterior, esse fato interfere diretamente no cumprimento do primeiro objetivo específico que é “identificar as espécies e tipologias documentais existentes”, os dados colhidos não apresentaram informações satisfatórias para o seu cumprimento.

Ao responder o questionário, os funcionários informaram que não tem conhecimento sobre nenhuma forma de tratamento arquivístico e que tudo é ordenado e classificado aleatoriamente. Em relação aos instrumentos de pesquisa, relataram que desconhecem completamente e a eliminação de documentos é algo que não é praticado por entenderem que principalmente as fotografias e fichas de alunos devem ser conservadas.

A ausência de conhecimento técnico-arquivístico, influi diretamente na gestão documental que, não é realizada na instituição. Os processos de avaliação e seleção são fundamentais para evitar o acúmulo desnecessário de documentos, dando assim, suporte para ocorrer o processo de eliminação. Todos esses processos só podem ser feitos se já existir um instrumento que orienta essas atividades, a TTD. Portanto, nesse ponto do questionário identifica-se o segundo objetivo específico “analisar a gestão de documentos/informação”, não foi possível cumpri-lo devido a ausência de gestão no arquivo do TSR.

3.3 Infraestrutura e Serviços.

O local destinado ao arquivo é uma sala. Conforme relataram os funcionários o local é de tamanho mediano e não possibilita acesso a todos os usuários. Como o prédio é antigo e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sua estrutura não pode ser modificada, por isso, possui apenas alguns locais de acesso a deficientes físicos, em especial os cadeirantes, os únicos locais adaptados são a parte das cadeiras gerais da plateia, bem como o acesso externo ao palco.

Em relação aos documentos, estão armazenados em caixas polionda, e os

documentos de uso corrente em pastas suspensas, que por sua vez ficam armazenados em armários de ferro. O prédio não possui estrutura de prevenção a incêndios, e boa parte da estrutura é composta por madeira, devido ao ano de sua construção. O local possui apenas alarme eletrônico vinculado à empresa de segurança privada, que serve apenas para caso de arrombamento.

O atendimento da secretaria é feito de segunda à sexta das 08h00 às 18h00. Qualquer solicitação de consulta só é realizada por intermédio das secretárias, dentro do horário de funcionamento.

A dificuldade em se ter acesso ao espaço da secretaria e conseqüentemente ao arquivo não proporciona o acesso aos documentos/informações para todos os usuários, o que é totalmente contrário ao que a gestão arquivística aplicada no arquivo proporciona, que é justamente permitir o acesso à informação para qualquer usuário que a solicitar.

3.4 Recursos Humanos

O setor de arquivo não apresenta funcionário específico que trate da documentação. Já que essas funções fazem parte das atribuições das três secretárias, as quais nenhuma possui formação técnica ou superior em Arquivologia.

Com isso, o arquivo não possui recurso próprio, pois toda verba destinada ao teatro tem relação com sua atividade fim, que é a realização de espetáculos e a manutenção da escola de dança.

O desconhecimento do potencial do arquivo enquanto fonte de informação por parte dos funcionários do teatro reflete diretamente na gestão documental que não existe nesta instituição. Verificamos que todo o tratamento é feito de maneira empírica, o que dificulta a recuperação da informação, até mesmo por parte de quem “organiza” o acervo. Constatamos que a presença de um profissional arquivista é essencial nesta instituição que merece sim ter o seu arquivo, organizado, avaliado e divulgado para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos atualmente exercem uma função que vai muito além do simples repositório de documentos, as informações ali contidas servem não só como prova jurídica, eles contribuem para a construção da memória de uma sociedade através dos registros das atividades cotidianas, que é justamente onde nascem estes documentos, servindo à administração.

Adentramos na parte teórica com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema abordado e enfatizar que todo cidadão pode e deve ter acesso à memória, como forma de compreensão de seu papel na sociedade, onde os arquivos exercem a função de repositório dessas informações. Mas, para que estejam acessíveis é necessário que as instituições tenham a preocupação em gerir esses documentos de forma que a recuperação da informação seja ágil.

Voltamos aqui ao início desta pesquisa para lembrarmos o nosso objetivo geral “compreender se a gestão documental e o acesso à informação auxiliam na construção da memória social”. Para que ele fosse cumprido, aplicamos o questionário do CONARQ, através dos dados colhidos, verificamos que a realidade encontrada na instituição foi diferente do que esperávamos. Detectamos completo descaso do gestor e dos funcionários do Teatro Santa Roza com a documentação e, conseqüentemente, em manter as informações acessíveis à população, primeiro pelo fato do acervo estar custodiado em duas instituições e parte nas mãos de pessoas físicas.

O cumprimento dos objetivos foi, de certa forma, bloqueado devido a não termos tido acesso ao arquivo. Com isso, constatamos que o resultado detectado nesta pesquisa veio para deixar mais claro o descaso das administrações públicas com seus arquivos. Tudo isso pode ser resultado da influencia política, desconhecimento por parte de todos os funcionários, principalmente, dos que lidam cotidianamente com os documentos do teatro, e a notória falta de interesse em ter construída e acessível à memória da instituição, fato notado apenas por um ex-técnico do teatro que nos relatou a completa insatisfação durante um encontro no período da coleta de dados.

O resultado desta pesquisa nos deixou, extremamente inquietos, por não termos tido acesso ao arquivo, como também em detectar a urgência do tratamento

que essa documentação precisa. Constatamos que se faz necessário à intervenção de um profissional arquivista no TSR, para inicialmente fazer o levantamento da documentação, verificando o que realmente existe no teatro e no Arquivo Histórico, para assim elaborar o plano de gestão e aplicar neste acervo, visando sempre disponibilizar a informação em tempo hábil para quem dela necessitar.

Ainda temos o que conquistar neste espaço de grande importância para a sociedade, sabemos que este caso não se finda aqui, isso é só o princípio para instigar a elaboração de novas pesquisas na área arquivística, já que o tema abordado, mesmo com o interesse recente no estudo da memória, ainda possui poucas publicações na área que certamente irão contribuir para a arquivologia e para a memória paraibana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. **Santa Rosa**: Um Teatro de 120 anos. João Pessoa, FUNESC, 2009.

Arquivo nacional, Conselho Nacional de arquivos. Formulário de pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos arquivos públicos estaduais e municipais do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2009.

Arquivo Nacional, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo, FTD, 1996.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para que?**. São Paulo, IFHC, 2010.

GARCIA, Gabriela Almeida, FÉ, Tânia Moura. **Noções de arquivologia**. Brasília, Fortium, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2007.

GONÇALVES, Célia Regina. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. **Saeculum**. João Pessoa, UFPB, p.13-39, jan/dez.1998/1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1ªed. São Paulo, Centauro, 2006.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v.25, n. 2, pp. 209-221, maio/ago. 1995.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei federal 8159/91, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm, acesso em 20.08.2012

LOPES, Luís Carlos. A nova arquivística na modernização administrativa. 2ªed. Brasília, Projecto editorial, 2009).

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. As armadilhas da memória. Os arquivos e centros de documentação – trajetórias. In: _____ **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo. Unesp: Fapesp. 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____ in: Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212,1992.

QUEIROZ, Anna Carla Silva de. **Acesso e memória:** a informação nos arquivos das arquioceses da Paraíba e de Olinda/Recife. 2011.103 p. Tese – UFPB, João Pessoa, 2011.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa : Dom Quixote, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa científica em educação.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

http://www.funesc.pb.gov.br/cultura/index2.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=114, acesso em 12/11/2012

ANEXO



Formulário de Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil

MÓDULO I - IDENTIFICAÇÃO:

1. Denominação:

Nome da Instituição:

Sigla:

Outra forma do nome:

Subordinação/vinculação administrativa:

Data de Criação/Ato que o criou:

Nome e formação do responsável pela Instituição:

2. Natureza:

Pessoa Jurídica de direito público:

Estadual

Munici

Autarquia

Fundação pública

Outra:

3. Endereço:

Logradouro:

Número:

Complemento

Bairro/Distrito:

CEP

Município:

Estado:

Caixa Postal:

Tel. 1:

Tel. 2:

Fax:

e-mail:

Sítio:

4. Objetivo Institucional e principais atribuições:

MÓDULO II - ACERVO:

5. Caracterização do acervo: dados gerais.

6. Datas-Limite do acervo:

7. Mensuração:

8. Os Fundos/Coleções possibilitam principalmente estudos dos períodos:

Colonial

Imperial/Monárquico

Republicano (pré 1930)

Republicano (pós 1930)

Temas Preponderantes:

Arquitetura / Engenharia / Urbanismo / Cartografia

Habitação e planejamento, Colonização e reforma agrária

Administração / Fazenda e Finanças

Agropecuária

Trabalho / Assistência / Previdência

Política externa / Política nacional

Indústria / Comércio

Educação, Cultura, Cidadania e Justiça

Defesa e Segurança

Legislativa / Judiciária

Comunicações

Religião / Antropologia / Etnologia

Artes plásticas / Teatro

Cinema / Música / Literatura

Imigração / Sindicalismo /

História do Brasil

Ciência e Tecnologia

Meio ambiente e recursos

naturais

Saúde e saneamento

Energia

Transportes

Outro (s).

9. Gênero Documental:

Documentos textuais

Documentos bibliográficos

Documentos eletrônicos

Documentos sonoros

Documentos iconográficos

Documentos cartográficos

Documentos filmográficos

10. Estágios de tratamento:

Identificado % Sem identificação %

Organizado parcialmente % Organizado totalmente %

MÓDULO III - ATIVIDADES DE ARQUIVO:

11. A Instituição possui sistemas ou rede de arquivo?

Si Não

12. O arquivo público é o órgão central do sistema ou da rede de arquivos?

Si Não

13. O Arquivo desenvolve uma gestão sistêmica de documentos que integre as fases corrente, intermediária e permanente?

Si Não

14. Existe comissão de avaliação de documentos?

Sim Não

15. A Instituição possui código de classificação de documentos?

Si Não

16. A Instituição possui tabela de temporalidade e destinação de documentos?

Si Não

17. A Instituição possui programa de recolhimento de documentos ao arquivo permanente?

Si Não

18. Elimina documentos?

Sim Não

19. Assinale as formas de controle da eliminação:

Edital de Ciência de eliminação de documentos

Listagem ou lista de eliminação de documentos

Termo de eliminação de documentos

Outro

20. Os procedimentos técnicos praticados na organização e descrição do acervo acham-se normalizados?

Si Parcialmente Totalmente Não

21. Em caso afirmativo, a ISAD-G e/ou a NOBRADE são utilizadas?

Sim Não

22. Qual a porcentagem do acervo descrito de acordo com a NOBRADE? %

Recuperação da Informação:

23. Há instrumento (s) de pesquisa do fundo/coleção?

Sim Não

Em caso afirmativo, favor selecionar seu tipo:

Guia Inventário sumário Inventário analítico Catálogo Repertório
 Índice Outros

MÓDULO IV - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS:

24. Instalações:

Prédio

Próprio - construído para arquivo Imóvel tombado
 Próprio - adaptado para arquivo Prédios anexos
 Alugado/cedido - adaptado para arquivo Depósitos fora do prédio sede
 Depósito para arquivo intermediário

Ano de Construção do prédio:

Qual a área total construída? m2

Qual a área total destinada à armazenagem do acervo? m2

Qual a área total ocupada pelo acervo? m2

Qual a área destinada ao processamento técnico do acervo? m2

O imóvel possui condições de acesso para deficientes?

Sim Não

25. Quanto às condições ambientais da área de guarda do acervo, assinale:

Controle de temperatura e umidade Filtragem de Poluentes
 Controle de luminosidade
 Programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos

Sistema de armazenamento e acondicionamento:

26. Documentos armazenados em mobiliário?

Sim Não Em caso afirmativo, assinale:

Aço Deslizante Madeira Alvenaria

27. Documentos acondicionados?

Sim Não Parcialmente

Em caso afirmativo, especifique:

Polion Papelê Me Outros

Segurança:

28. Existe prevenção contra incêndio?

Sim Não Em caso afirmativo, assinale:

- Extintores automáticos (tipo Sprinkler)
- Extintores manuais
- Detectores de fumaça
- Mangueiras
- Brigada de incêndio

29. Existe um plano de resgate do acervo em casos de desastre/emergências?

Sim Não

30. Existe prevenção contra roubos?

Sim Não Em caso afirmativo, assinale:

- Circuito interno de televisão
- Segurança patrimonial
- Alarme

31. Laboratórios:

- Microfilmagem
- Conservação/Restauração/Encadernação
- Fotografia
- Audiovisual (Som, filmes e vídeos)
- Digitalização

Microfilmagem:

32. O órgão microfilma documentos?

Sim Não

33. A microfilmagem está prevista na tabela de temporalidade?

Sim Não

34. A microfilmagem é realizada para:

Dar acesso Preservação dos originais Substituição de suporte

35. A microfilmagem de documentos é realizada:

Pelo próprio órgão Por terceiros

36. Localização de arquivo de segurança de microformas:

Na instituição Em outro local

Recursos de Informática:

37. Quantos microcomputadores a instituição possui?

38. Possui sistemas informatizados para processamento técnico arquivístico do acervo?

Sim Não

39. Possui sistemas informatizados de recuperação de informações para o usuário?

Sim Não

40. Sistemas disponíveis em rede:

Intranet Internet Extranet

41. O desenvolvimento/gerenciamento dos sistemas informatizados é feito:

Pelo próprio órgão Por terceiros

42. O arquivo público possui servidor de rede próprio?

Sim Não

Digitalização de documentos:

43. Há digitalização de documentos?

Sim Não

44. A digitalização é realizada para:

Dar acesso Preservação dos originais Substituição de suporte

45. A digitalização de documentos é realizada:

Pelo próprio órgão Por terceiros

46. Ocorre a utilização de sistemas híbridos (microfilmagem e digitalização associados)?

Sim Não

47. Ocorre a integração da digitalização de documentos ao sistema workflow?

Sim Não

Atendimento ao usuário:

48. Presta informações:

Presencial Telefone / fax E-mail Correspondência

49. Dias da semana e horário de atendimento ao usuário:

50. Condições gerais de acesso ao acervo documental:

Consulta aberta ao público Consulta restrita Sem consulta

Em caso de consulta restrita, especifique:

Documentos classificados como sigilosos Em fase de organização
 Estado de conservação Necessidade de autorização
 Por não estar organizado Necessidade de prévio aviso

51. Permite reprodução de documentos ?

Sim Não Com restrições

52. Existe tabela de preços para serviços arquivísticos?

Sim Não

53. Tipos de reprodução:

Eletrostática (xerox) Micrográfica Fotográfica Digital
 Transcrição Videográfica/audiográfica

54. Mobiliário e equipamentos disponíveis ao usuário:

Mesas/cadeiras Leitores de microformas
 Aparelho de vídeo / Aparelhos de som Terminais de computador

55. Recursos Humanos:

Qual o número total de funcionários/servidores lotados no arquivo?

Quantos servidores pertencem ao quadro permanente?

Quantos servidores são cedidos?

Quantos servidores são contratados?

Quantos servidores só possuem cargo em comissão?

Quantos funcionários são terceirizados na atividade-fim?

56. Escolaridade:

Nível superior	Formação Profissional		Quantitativ
	Arquivista		
	Bibliotecário		
	Profissional de História		
	Especialista em Conservação		
	Outros:		
Especialização / Pós-graduação	Especialização		
	Mestra		
	Doutorado		
Nível Médio	Formação Profissional		Quantitativ
	Técnico de Arquivo		
	Auxiliar administrativo, Técnico de informática		
	Técnico em Conservação		
	Outros:		
Nível Fundamental	Formação Profissional		Quantitativ

57. Promove a participação de seu corpo técnico em cursos, treinamentos e seminários específicos para o desenvolvimento das atividades de arquivo?

Sim

Não

58. Dotação Orçamentária:

Possui Orçamento Próprio?

Sim

Não

Orçamento/Dotação orçamentária anual (quantia)

59. Distribuição do orçamento (em porcentagem de aplicação):

Manutenção do edifício (gastos com telefone, água, luz e outros)		%
Quadro de pessoal		%
Contratação de serviços de terceiros		%
Treinamento, capacitação, atualização da equipe técnica		%
Tratamento técnico arquivístico		%
Preservação do acervo		%
Infra-estrutura física e tecnológica		%
Publicações		%
Exposições		%

60. Utilize este espaço para observações ou para complementação de resposta a qualquer uma das questões

anteriores:

MÓDULO V - A RESPEITO DO CONARQ:

61. Tem conhecimento das atribuições e atividades desenvolvidas pelo CONARQ?

Sim Não

62. Toma conhecimento e utiliza as Resoluções do CONARQ para orientar suas ações arquivísticas?

Sim Não

63. Indique em que medida cada fator abaixo relacionado poderia contribuir para o aprimoramento das ações do CONARQ (Preencha os quadrados abaixo atribuindo os números 1, 2, 3 e 4 no que se refere a grau de prioridades, sendo o número 1 o de maior grau)

Relacionamento mais estreito do CONARQ com os arquivos públicos, associações arquivísticas, comunidades arquivísticas e sociedade.

Maior interação e troca de experiências, por meio de seminários, palestras, oficinas e mesas-redondas com o objetivo de aprimorar a capacidade de compreender, interpretar e aplicar de forma consistente as normas do CONARQ e a legislação arquivística.

Programa de Assistência/orientação técnica na implementação de sistemas de gestão e preservação de documentos.

Programa de capacitação de recursos humanos nas atividades arquivísticas, tanto presencial quanto a distância.

64. Utilize o espaço abaixo para propor reflexões e medidas que possam contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Arquivos:

MÓDULO VI - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Nome completo:

Cargo ou função:

e-mail:

Data do preenchimento:

Telefone: